

SOCIODIVERSIDADE, MULTICULTURALIDADE E SUSTENTABILIDADE

Manuel Muñoz

1. Globalização e multiculturalidade

A globalização é uma das características definitórias do começo do século XX (PERESSON, 2006). É um fenômeno que nos faz sentir interligados e interdependentes graças aos avanços nas telecomunicações: por internet conhecemos em instantes o que acontece na outra parte do mundo; com os modernos meios de transporte em poucas horas nos deslocamos entre continentes.

Contudo, este processo de globalização não afeta de igual forma a todos os grupos sociais ou culturais, nem a todas as pessoas. Para o teólogo norueguês Sturla Stalsett (2004), a palavra globalização surgiu para dar uma “cara” positiva e humanizadora às transformações que estavam surgindo de maneira acelerada, mas o que se tem constatado é bem ao contrário. Hoje em dia globalização tanto unifica como divide o mundo. É um processo que tem provocado desigualdades e exclusão, pobreza e aprisionamento para muitos, liberdade e riquezas sem limites para poucos.

Três aspectos contextualizam a globalização, são eles:

- a) O aspecto econômico: a globalização é o império do neoliberalismo, onde todas as esferas humanas estão mediadas pelo mercado econômico. O resultado desta globalização econômica não poderia ser outro do que uma polarização social sem precedentes e um custo humano elevado com muitas vítimas.
- b) O aspecto político: o enfraquecimento dos estados nacionais ao lado da articulação e o ressurgimento dos movimentos sociais e a organização da sociedade civil a nível global.
- c) O aspecto cultural: a globalização envolve processos contraditórios ao tornar mais visível e presente a pluralidade cultural do mundo e, por outro lado, favorecer a hegemonia de uma cultura¹ sobre as demais.

Desde esta perspectiva, o intenso, veloz e contínuo movimento de bens e pessoas que tem feito de Los Angeles a terceira cidade mexicana (uma quinta parte da população mexicana se encontra nos Estados Unidos) ou de Buenos Aires a segunda cidade boliviana, não é visto apenas como um fato econômico ou demográfico mas

¹ O termo *cultura* é entendido no presente texto no sentido integral, como concepção integral da vida de um povo e como ecossistema humano.

como um processo inter e multicultural onde diferentes culturas se entrelaçam e se mesclam, mas também se rejeitam. São processos interculturais complexos que podem levar, por exemplo, ao surgimento da xenofobia e a comportamentos racistas no povo nativo, por um lado, ou à absorção acrítica, por outro lado, da cultura dominante de forma a anular a própria identidade cultural do povo imigrado.

O que pode ser uma grande oportunidade de conhecimento e valorização da riqueza cultural presente nos 184 estados independentes do mundo, com mais de 600 grupos de línguas vivas e 5.000 grupos étnicos (BARLETT, 2009, p.44), pode virar um grande processo de homogeneização e imposição de um pensamento único pelo predomínio do modelo neoliberal e sua lógica mercantilista no processo de globalização. Esta questão fica clara para Boaventura de Souza Santos ao destacar a idéia de que os processos não surgem de uma forma espontânea ou neutra, mas de uma forma que tem uma origem concreta numa cultura determinada. Ele fala de globalizações (em plural) porque não se trata de um processo, mas de vários, de conjuntos de relações sociais. Assim, define a globalização como “o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (SANTOS, 2008, 348).

2. Multiculturalidade e sociodiversidade

O conceito de multiculturalidade vai unido, em antropologia, ao conceito de sociodiversidade como duas caras da mesma moeda. A sociedade é multicultural e, por isso, diversa. Nela existem simultaneamente diferentes grupos humanos com padrões próprios de organização social, com modelos diferentes de autoridade política, de acesso à terra, de padrão habitacional, de hierarquias de valores ou prestígio, etc.

A existência de culturas e grupos humanos diversos em um mundo globalizado nos leva à questão de como construir uma sociedade democrática, plural e justa ao mesmo tempo, que permita conciliar o direito à diferença e o direito à igualdade ou que, em outras palavras, possibilite a convivência dos diferentes com suas diferenças num contexto que supere as violências, as hierarquias, os procedimentos, as inclusões perversas, as subordinações, as desigualdades econômico-sociais e as exclusões culturais.

Em nome da igualdade, frequentemente, se tem eliminado e relativizado as diferenças. Os camponeses, povos indígenas e imigrantes estrangeiros foram, de fato, os grupos sociais mais diretamente atingidos pela homogeneização cultural. Pelo outro lado, desde posições multiculturalistas radicais, ao enfatizar a diferença, se tem adotado políticas sociais que criam profundas desigualdades e injustiças. Tão negativa resulta a padronização quanto a discriminação.

A questão multicultural, embora presente em todos os continentes, se faz especialmente significativa em Latino América, conforme nos indica a educadora Vera Maria Candau (2010), por ser uma terra onde as relações inter-étnicas têm sido uma constante através de toda sua história, especialmente dolorosa e trágica com respeito aos indígenas e aos afro-descendentes. Em muitos casos a história foi marcada pela eliminação do “outro” ou por sua escravização, que também é uma forma de negação de sua alteridade². Reflexo disso na atualidade são relações de poder assimétricas, de subordinação e exclusão ainda muito acentuadas em relação a esses grupos sociais. É nesta perspectiva que a autora coloca a questão das políticas de ação afirmativas (por exemplo, a questão das cotas nas universidades para afro-descendentes ou jovens provenientes das escolas públicas) que tanta polêmica suscitam, orientadas a favorecer determinados grupos que tiveram suas oportunidades de acesso a recursos e bens da sociedade historicamente negadas ou minimizadas. De fato, não existe maior desigualdade do que tratar igualmente aos desiguais. O reconhecimento da identidade dos sujeitos historicamente marginalizados deve ir acompanhado de políticas de valorização, de acesso a oportunidades e ao poder, de processos de empoderamento efetivo de forma a permitir o exercício da cidadania plena.

4. Cidadania cultural

A cidadania plena é exercida em democracia, que exige como condição necessária a “construção intercultural da igualdade e da diferença”, em palavras de Boaventura de Souza Santos. Esta exigência nos leva a uma nova articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade: "temos direito a reivindicar a igualdade sempre que

² O conceito de *alteridade* é parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e interdepende de outros indivíduos. A existência do eu somente acontece no contato com o outro. Dessa forma eu apenas existo a partir do outro, da visão do outro, o que me permite também compreender o mundo a partir de um olhar diferenciado, partindo tanto do diferente quanto de mim mesmo.

a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2008, p.316). A igualdade se constrói no reconhecimento das diferenças e na luta contra o preconceito e a discriminação.

Neste sentido, Marilene Chauí propõe ampliar o sentido de cidadania a partir do conceito de *cidadania cultural* (CHAUI, 1999) de forma a reconhecer, valorizar e manifestar as diferentes tradições culturais presentes numa determinada sociedade. Assim, a cidadania cultural define o direito à cultura como:

- direito de produzir ações culturais, isto é, de criar, ampliar, transformar símbolos, sem reduzir-se à criação nas belas artes;
- direito de fruir os bens culturais, isto é, recusa da exclusão social e política;
- direito a produzir e comunicar informação e comunicação, não só a receber e comunicar-se;
- direito à diferença, isto é, a exprimir a cultura de formas diferenciadas e sem uma hierarquia entre essas formas.

Entendemos, com pensadores como Boaventura Santos e Marilena Chauí ou educadores como Candau e Peresson, que um novo mundo é possível, que sempre existe um além que nos motiva para a mudança, para o crescimento, para a inovação, para sair do acomodamento e da resignação. Por isso acreditamos que é possível promover dignidade e a cidadania na recriação das culturas (PERESSON, 2006, p.106) a partir das seguintes opções:

- *Pela vida*: em todas suas formas e contra os projetos e estruturas de morte.
- *Pela libertação integral*: sócio-econômica, cultural e espiritual.
- *Pela justiça e solidariedade*: combatendo as múltiplas formas de exclusão, segregação e alienação.
- *Pela integridade da criação*: um novo paradigma ecológico, uma nova maneira de viver e coexistir no Planeta.
- *Pelo resgate e valorização da própria identidade cultural*, mas reconhecendo, desde uma atitude dialógica, a multiculturalidade e a interculturalidade do nosso mundo globalizado.

Em última instância, como afirma a Declaração de Princípios sobre a Tolerância da UNESCO (1995) no terceiro parágrafo do capítulo II,

Para a harmonia internacional, torna-se essencial que os indivíduos, as comunidades e as nações aceitem e respeitem o caráter multicultural da

família humana. Sem tolerância não pode haver paz e sem paz não pode haver nem desenvolvimento nem democracia.

4. Multiculturalidade, sociodiversidade e sustentabilidade

Recriar as culturas a partir das opções citadas significa resgatar e valorizar a identidade cultural dos diferentes povos, isto é, dar-lhes a possibilidade de reproduzir sua cultura e de decidir o uso dos elementos que a compõem: recursos materiais e tecnológicos, tipos de organização social, conhecimentos, símbolos, crenças e valores. Aqui incluem-se padrões próprios de organização social, política e econômica, entre eles o acesso à terra. Diferentes modos de vida constituídos historicamente por diferentes povos que apresentam diferentes vivências da territorialidade e relações com o meio ambiente nos exigem uma reflexão conjunta sobre a questão da terra, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade ambiental. Assim, os conceitos de multiculturalidade, sociodiversidade e biodiversidade são inseparáveis.

O professor Mauro Leonel (2000), ao estudar o conceito de *biosociodiversidade*, relaciona intimamente a conservação da biodiversidade com a garantia das terras e direitos das populações tradicionais. A grande sociodiversidade existente no interior do Brasil (grupos indígenas, pequenos produtores rurais, assentados da reforma agrária, pequenos posseiros tradicionais, comunidades extrativistas, grupos de “alternativos” migrantes da classe média urbana em direção ao campo), representa um grande desafio. Apenas os grupos indígenas no Brasil têm mais de 500 áreas, 180 idiomas e organização social diferente das de ribeirinhos, quilombolas ou extrativistas.

É um desafio do tamanho da Amazônia, possuidora do 15 a 20% do número total de espécies vegetais do planeta, 10% dos mamíferos e anfíbios e 17% das aves. Para este pesquisador brasileiro, a coincidência da concentração da biodiversidade em territórios ocupados pelas populações e culturas tradicionais, interliga o tema da preservação dos recursos da natureza com a defesa dos direitos da diferença, como à terra e à cultura. Historicamente essas culturas entenderam privilegiadamente que a biodiversidade, tomada como o conjunto dos recursos genéticos, espécies e ecossistemas, viabiliza a vida humana.

Desde estes pressupostos, Leonel acredita que é possível unir desenvolvimento econômico e preservação da bio e da sociodiversidade sempre que as populações

tradicionais sejam parceiras de projetos de conservação e qualidade de vida, para presentes e futuras gerações, interligando preservação e direitos territoriais. A proposta passa por negociar uma política comum entre os ambientalistas e a população local sobre a base da autodeterminação, o autodesenvolvimento, os direitos sobre o território, a liberdade de expressão cultural e o controle do manejo dos recursos, em todas as suas fases: produção, transformação, contatos, estratégias de mercado, tecnologia, administração, distribuição da renda, escala e marketing. Algumas experiências locais bem sucedidas o testemunham. Faltam políticas globais que afirmem este caminho.

Referências

- BARLETT, Leila Jiménez. **Diversidad cultural y pueblos indígenas**. Bilbao: Universidad de Deusto, 2009.
- CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e Direitos Humanos**. In <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/multiculturalismo.html> Acessado em 22/02/2010.
- CHAUÍ, M. Cidadania Cultural, **Novamerica**, n.82, junho, 1999.
- LEONEL, Mauro. Biosociodiversidade: preservação e mercado. **Estudos Avançados** 14 (38), 2000, p. 321-346.
- PERESSON, Mário L. Pedagogia e culturas. In SCARLATELLI, Cleide C. da Silva; STRECK, Danilo R.; FOLLMANN, José Ivo (Orgs.) **Religião, cultura e educação**. São Leopoldo: Unisinos, 2006, p.57-107.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- STALSETT, Sturla. **Religión en la globalización: integración o resistencia?** 2004 (mimeo).
- UNESCO: **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**. In <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524PORb.pdf> Acessado em 22/02/2010.